



BOAS PRÁTICAS PARA SINALIZAÇÃO EM TRILHAS	
Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro - FEMERJ	
Documento:	FEMERJ: Nº MAN-2018/01
Tipo:	Manejo de áreas naturais
Autor:	GT Manejo de Áreas Naturais
Local:	
Data criação:	01 de março de 2018
Revisão:	-
Nº da revisão:	0
Nº Páginas:	5
Data da revisão:	
Nota:	Versão para validação do Conselho Técnico
Entidades filiadas:	Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro (AGUIPERJ), Centro Excursionista Brasileiro (CEB), Centro Excursionista Friburguense (CEF), Centro Excursionista Guanabara (CEG), Centro Excursionista Petropolitano (CEP), Centro Excursionista Rio de Janeiro (CERJ), Centro Excursionista Teresopolitano (CET), Clube Excursionista Carioca (CEC), Clube Excursionista Light (CEL), Clube Niteroiense de Montanhismo (CNM) e Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN).
Filiada à:	 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MONTANHISMO E ESCALADA



FEMERJ



FEDERAÇÃO DE ESPORTES
DE MONTANHA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

A Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ) tem por missão organizar e difundir o montanhismo e a escalada e promover sua prática responsável e sustentável no Estado do Rio de Janeiro. Conscientes de seu papel não só na organização do esporte, mas também como entidade envolvida na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e na manutenção do patrimônio cênico natural fluminense, a FEMERJ tem empreendido esforços de conservação, mínimo impacto ambiental e manejo da visitação em áreas naturais.

Criada em 2000, a FEMERJ é composta por onze entidades, é membro fundador e participa ativamente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), que por sua vez é registrada no Ministério dos Esportes e é filiada à União Internacional de Associações de Alpinismo (UIAA¹), a entidade internacional de regulação das práticas de montanhismo.

A FEMERJ faz parte, atualmente, de Conselhos Consultivos em diversas unidades de conservação, que incluem os Parques Nacionais da Tijuca, de Itatiaia e da Serra dos Órgãos; Monumento Natural do Arquipélago das Cagarras; Parques Estaduais dos Três Picos, da Pedra Selada, da Serra da Tiririca, e da Pedra Branca; e do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, entre outras.

¹ Union Internationale des Associations d' Alpinisme



1. INTRODUÇÃO

O crescimento da visitação em áreas naturais incrementou as demandas de manejo em trilhas, incluindo as iniciativas de sinalização. A sinalização de trilhas é um importante instrumento de manejo da visitação que pode ter impactos positivos e negativos na experiência dos visitantes. A sinalização atua positivamente em diversos aspectos: (i) funciona como um instrumento de sensibilização ambiental, nos projetos de interpretação ambiental, na divulgação das normas de unidades de conservação e de conduta consciente em áreas naturais; (ii) evita a degradação do ambiente ao orientar sobre o trajeto, minimizando a abertura de atalhos e alertando sobre áreas em recuperação ambiental; (iii) colabora na redução de acidentes e esforços de salvamento e resgate, direcionando os visitantes em trechos de difícil orientação e alertando sobre situações de riscos; e (iv) estimula a visitação em trilhas mais populares manejadas para receber uma visitação mais intensiva e menos qualificada em atividades ao ar livre, em específico no montanhismo. Todavia, uma sinalização inadequada pode trazer consequências negativas no manejo da visitação, como: (i) estimula o aumento da visitação por pessoas não qualificadas em ambientes que requerem experiência e conhecimento técnico, aumentando o risco de acidentes e de degradação ambiental; (ii) muda o perfil de visitação da área, comprometendo a experiência da visitação em áreas não populares; (iii) impõe padrões que não respeitem as éticas e tradições das comunidades locais e organizações de montanhismo, gerando conflitos e tensões, que comprometem parcerias e estratégias desenvolvidas em favor do manejo e conservação da trilha.

Na medida em que a sinalização é uma ferramenta de manejo da visitação em áreas de montanhismo, a FEMERJ reconhece a importância e apoia diretamente as iniciativas de manejo e sinalização em trilhas, através do Fundo de Incentivo ao Manejo de Trilhas e Vias de Escalada (FIM-TE) e através da colaboração com outros parceiros governamentais e não governamentais que tem atuação nessa área.

Atualmente no Brasil há uma dedicação à sinalização de trilhas de longo curso, pois há diversas iniciativas de implementação dessas trilhas. Essas iniciativas são, na sua maioria, compostas pela junção de trilhas de curto ou médio percurso já existentes, que possuem distintas características e devem ser entendidas, manejadas e sinalizadas de maneira a observar e promover essa diversidade. A sinalização tem um papel importante no desenvolvimento dessas iniciativas de longo curso no Brasil e o processo de decisão sobre como, onde e quanto sinalizar deve passar por reflexões que incluem a consideração das diferentes categorias de manejo de trilhas, conforme apresentado no documento [FEMERJ- MAN 2012-01](#)¹. Sem isso, corre-se o risco de pasteurizar as trilhas, impactando negativamente na experiência de uma ampla gama de visitantes das áreas naturais.

Com vista a contribuir com essa reflexão e orientar futuras ações de sinalização, este documento indica boas práticas para sinalização em trilhas.

2. BOAS PRÁTICAS DE SINALIZAÇÃO EM TRILHAS

2.1. Observar as categorias de manejo de trilhas. A sinalização deve observar as características da trilha, o perfil dos visitantes, o ambiente e o contexto geográfico local. A análise desses e outros parâmetros levou à definição de cinco categorias de manejo de trilhas indicadas no documento [FEMERJ- MAN 2012-01](#). Esse documento sintetiza a experiência de décadas do montanhismo organizado no debate sobre o manejo da visitação em áreas naturais. A tabela abaixo consolida as diretrizes de sinalização esperadas para cada categoria de manejo de trilha.

Categoria de Manejo de Trilhas	Encontro de elementos de sinalização	Tipo de sinalização prevista
<p>Categoria 1</p> <p>Trilhas populares</p>	Muito frequente	<ul style="list-style-type: none"> – Sinalização de entrada de trilha – Sinalização interpretativa e normativa (conforme projeto) – Sinalização de atrativos – Alerta de riscos – Sinalização direcional nas bifurcações, pontos de atalhos e picadas e pontos de difícil orientação – Possível encontrar sinalização confirmativa de caminho, em média, a cada 300 m.
<p>Categoria 2</p> <p>Trilhas semipopulares</p>	Frequente	<ul style="list-style-type: none"> – Sinalização de entrada de trilha – Sinalização normativa (conforme projeto) – Alerta de riscos – Sinalização direcional nas bifurcações, pontos de atalhos e picadas, e pontos de difícil orientação – Possível encontrar sinalização confirmativa de caminho, em média, a cada 1.000 m
<p>Categoria 3</p> <p>Trilhas tradicionais</p>	Ocasional	<ul style="list-style-type: none"> – Sinalização de entrada de trilha – Alerta de riscos – Sinalização direcional discreta nas bifurcações, pontos de atalhos e picadas e pontos de difícil orientação
<p>Categoria 4</p> <p>Trilhas remotas</p>	Rara ou inexistente	<ul style="list-style-type: none"> – Considerar a possibilidade de discretos marcos feitos de material natural encontrado no local (pedras e madeira), em pontos críticos de mudança de direção
<p>Categoria 5</p> <p>Trilhas indistintas</p>		

2.2. Verificar a necessidade de sinalização. A sinalização é um tipo de interferência no ambiente natural e deve ser utilizada com parcimônia. Antes de optar pela sinalização, deve-se avaliar as necessidades e motivações para sinalizar. Procure elaborar um projeto de sinalização compatível com os objetivos de manejo para a área, categoria de manejo de trilha e a complexidade da sinalização a ser implementada, indicando ao menos a justificativa da sinalização e os critérios de sinalização.

2.3. Preservar a diversidade de experiências da visitação. O montanhismo abrange um largo espectro de atividades, incluindo, mas não se limitando a caminhadas simples e curtas, travessias, trilhas de longo curso e expedições extremas. A autonomia na escolha dos desafios e aventuras e a possibilidade de praticar a atividade em ambiente natural é parte inerente ao montanhismo e deve ser respeitada. Na sinalização em trilhas, isso se



traduz numa reflexão sobre se a sinalização é realmente necessária, além de se reconhecer a diversidade de maneiras de sinalizar, é necessário estudar a frequência e o tipo de sinalização de acordo com a categoria de manejo de trilhas e as tradições locais.

Ressalta-se que a sinalização tem o potencial de interferir tanto positiva como negativamente na experiência da visita. Para otimizar os impactos positivos, é essencial possibilitar que visitantes com distintos perfis, expectativas e necessidades tenham opções de oportunidades de experiências no ambiente natural; ou seja, deve-se sinalizar as trilhas conforme sua categoria de manejo.

2.4. Observar os princípios e valores do montanhismo. Em um mundo cada vez mais urbanizado, os ambientes para aventura são recursos escassos, e as montanhas estão entre esses locais raros, que devem ser compartilhados por montanhistas com os mais diversos interesses e por muitas gerações que virão. Com o intuito de que a visita de áreas naturais seja realizada no melhor estilo, a FEMERJ encoraja os montanhistas a aderirem aos Princípios e Valores do Montanhismo², observando valores como: desafio natural, assunção de riscos e responsabilidade pessoal. Através desse entendimento, busca-se que os locais de aventura devam ser deixados tão livres e naturais quanto possível, de forma que não tire a oportunidade das gerações atuais e futuras encontrarem suas aventuras nesse limitado recurso que são as montanhas. Como aventura pressupõe risco e incerteza, é necessário que a sinalização acompanhe esse perfil, sendo mínima ou até mesmo inexistente em certas áreas designadas através dos objetivos de manejo para a área e categorias de manejo de trilhas.

2.5. Não estimular a 'turistização' das áreas de montanha. Com a crescente visita em áreas naturais, observa-se uma "turistização" das zonas montanhosas, onde pessoas com pouca experiência se aventuram por terrenos que exigem uma alta qualificação técnica. Esse processo pode levar a uma tentativa de deixar a montanha acessível a qualquer pessoa, mesmo aquela sem experiência ou qualificação para esse ambiente. Entre a comunidade montanhista grande tem sido a preocupação sobre a necessidade de encontrar e estabelecer um limite a essa tentativa de "rebaixar a montanha", com a consequente destruição de sua integridade e a perda dos desafios naturais, um dos valores básicos do montanhismo.

Nesse sentido, a sinalização pode ter um impacto considerável na qualidade e quantidade de visita e é necessário que as iniciativas de sinalizar estejam de acordo com o perfil de visitantes almejados para a área e a categoria de manejo da trilha em questão. Nem todas as trilhas têm o potencial ou vocação de serem dedicadas ao público com menos experiência e, nessas trilhas, as ações de manejo devem estar orientadas ao controle dos impactos negativos da visita, e não orientadas a tornar a montanha acessível a qualquer pessoa.

Em qualquer caso, na implantação da sinalização é desejável manter o ambiente mais natural possível, buscando não interferir na experiência de vivenciar a natureza. Esforços também devem ser realizados para melhor qualificar os visitantes para enfrentar os desafios em áreas naturais. De maneira que estes saibam se orientar sem a necessidade de uma ostensiva colocação de placas ou marcas de sinalização.

2.6. Adequar a sinalização ao perfil de visita da trilha – Promover a diversidade. As trilhas que têm a vocação para ser a primeira experiência de uma pessoa no ambiente natural devem ser sinalizadas de maneira a permitir que pessoas com distintos graus de experiência as percorram, enquanto que as trilhas que não possuem esse potencial devem ter, caso necessário, uma sinalização muito mais discreta de maneira a permitir que os visitantes

² Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro (CBME, 2012) e Declaração de Tirol (UIAA, 2002).



façam o gerenciamento do seu próprio risco. É importante ressaltar que diversas trilhas não devem ser sequer sinalizadas.

2.7. Respeitar diretrizes de mínimo impacto, ética e tradições locais. Além dos Princípios e Valores do Montanhismo, muitos locais desenvolveram éticas e tradições específicas que norteiam a prática das atividades de montanha, incluindo como sinalizar as trilhas. Essas tradições locais devem ser consideradas e, dentro do possível, privilegiadas. Deve ser respeitada a diversidade de tradições regionais, sem tentar impor um ponto de vista ou uma única solução de sinalização a outras culturas de montanha.

2.8. Garantir um processo participativo. As iniciativas de sinalização devem considerar os fóruns de debates historicamente constituídos, observar os acordos existentes, formais e informais, como: éticas locais, diretrizes de mínimo impacto e planos de manejo. Antes de implementar ações de sinalização, deve-se estabelecer o diálogo com a comunidade local, incluindo organizações de montanhismo do local e engajá-los no processo decisório.

2.9. Considerar a diversidade de opções de sinalização. Há distintas maneiras de sinalizar trilhas: placas, totens, fitas e marcas em árvores, pintura etc. Todas possuem “prós e contras”, que incluem características ambientais da região, propensão a ser vandalizada, facilidade de manutenção, além das tradições locais. Observar e aplicar essas diferentes maneiras de sinalizar uma trilha contribui para atingir os objetivos de manejo de áreas, incluindo aqueles estabelecidos com as categorias de manejo de trilhas, além de aperfeiçoar a experiência da visitação.

2.10. Priorizar os aspectos funcionais da sinalização. Privilegie os aspectos funcionais da sinalização: orientação, educação, interpretação, alerta de risco, etc. Evite a disfunção da sinalização, como por exemplo, o uso exclusivo para fins de divulgação de marca ou delimitação territorial.

2.11. Reconhecer a existência da trilha independentemente da sinalização. Como indicado na tabela de categoria de manejo de trilha ([FEMERJ- MAN 2012-01](#)) e a experiência prática, a sinalização não é necessariamente requerida para um bom manejo da trilha. Desta forma, não se deve confundir o ato de sinalizar com a implantação da trilha; diversas trilhas existem historicamente sem serem sinalizadas. A ausência de sinalização além de não ser necessariamente um problema, pode inclusive ser desejável e mais adequado para determinadas situações, como nos casos de trilhas para acesso a áreas de escalada e áreas remotas.

2.12. Não condicionar a segurança no ambiente natural à sinalização. A má compreensão sobre a cultura do montanhismo por atores externos muitas vezes leva à formulação de ideias equivocadas que conflitam com a tradicional prática da atividade. Este é o caso de categorizar trilhas como ‘autoguiadas’. No montanhismo, por definição, toda a trilha pode ser realizada de maneira autônoma, ou seja, todas são ‘autoguiadas’, mesmo que não possuam nenhum tipo de estrutura, sinalização ou equipamento. O conceito de trilha ‘autoguiada’ sugere que é necessário algum tipo de preparação na trilha para que esta possa ser visitada e também sugere que outras trilhas não teriam o potencial de serem ‘autoguiadas’ pela falta de sinalização. Um conceito como esse, aliado a hipervalorização da sinalização, pode fazer com a visitação em trilhas seja condicionada a determinado padrão de sinalização, não reconhecendo a diversidade de categorias de manejo de trilhas nem de perfis de visitantes. Este é uma técnica inadequada de manejo da visitação, que deve ser evitada.

ⁱ QUEIROZ, D.; BRADFORD, R. Manejo da visitação em áreas naturais: conceitos para planejamento (Femerj MAN-2012/01). Rio de Janeiro: Femerj, 2012. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2018